

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO PÚBLICO DO  
BRASIL**

**JEWSON ALVES PADILHA  
THAÍS DA SILVA VERA CRUZ  
ORIENTADORA: TÍCIA CASSIANY FERRO CAVALCANTE**

**RECIFE\2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO PÚBLICO DO  
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado(a) em Pedagogia.

RECIFE\2023

## **RESUMO**

Os desafios para a implementação da educação inclusiva no Brasil são diversos, como, por exemplo, a falta de investimentos mínimos pelo governo, o que torna a inclusão escolar ainda mais complexa e difícil de ser efetivada na prática. A história das pessoas com deficiência foi marcada por exclusão total, segregação e integração, o que contribui para as dificuldades em alcançar o atual paradigma de inclusão. Ainda se percebe na sociedade a existência de preconceitos e atitudes excludentes, inclusive dentro do próprio ambiente escolar, que são apenas algumas das barreiras que impedem a efetivação de uma educação inclusiva. A legislação que garante direitos às pessoas com deficiência é um grande avanço, mas ainda falta muito para que as pessoas com deficiência tenham uma educação que as atendam realmente. Devido ao que foi exposto, este trabalho pretende problematizar os desafios enfrentados no ensino público do Brasil para inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades específicas, trazendo um breve histórico das pessoas com deficiência, analisar os principais dispositivos legais para a inclusão no Brasil e colaborar com reflexões sobre os problemas enfrentados para a efetivação da inclusão escolar no sistema público de ensino do país. Para conduzir a análise, optamos por uma abordagem qualitativa, bibliográfica e exploratória. Essa pesquisa revelou que a educação inclusiva no Brasil ainda está se desenvolvendo de forma progressiva, exigindo o envolvimento do Estado, das famílias e de toda a sociedade para se tornar uma realidade efetiva no sistema de ensino público brasileiro.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva. Pessoas com Deficiência. Barreiras. Desafios.

# 1-INTRODUÇÃO

É sabido que a educação na rede pública de ensino do Brasil enfrenta diversos problemas, falta de recursos materiais, financeiros, humanos e de investimentos pelos órgãos públicos, no entanto, percebemos que em relação à educação inclusiva os desafios são ainda maiores, pois a comunidade escolar ainda não está preparada para receber pessoas com deficiência ou outras especificidades, tornando-se a escola, muitas vezes, um ambiente hostil, que em vez de acolher, acaba excluindo ainda mais.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº 13.146 de 6 de julho de 2015 em seu Art. 2º diz que “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

A inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar é essencial para garantir o direito de acesso à educação a todos, porém sabemos que são inúmeros os desafios enfrentados para sua concretização no ensino público do Brasil, que possui diversas defasagens, impossibilitando uma inclusão de forma plena; realidade esta que foi vivenciada ao longo de todo o curso de pedagogia e também durante nosso processo de escolarização.

A partir disso, surgiu o nosso interesse pela temática, devido às experiências vivenciadas durante o curso, na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP), na qual eram realizadas diversas observações no ambiente escolar. Além disso, outro ponto que justifica a escolha do tema é o trabalho por um de nós desempenhado como Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial (AADEE) na rede municipal de ensino do Recife, contribuindo e fortalecendo ainda mais o interesse por pesquisar sobre inclusão escolar.

Historicamente, percebemos que nem sempre a perspectiva de uma educação inclusiva foi uma realidade, passando desde a exclusão total, a segregação, a integração até chegarmos à inclusão. Segundo Carvalho (2007, apud, Silva Neto et al., 2018, p.90) “a educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos, independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural”. Ou seja, incluir significa levar em consideração toda a diversidade, respeitar a singularidade de cada indivíduo.

Ainda existem muitos obstáculos para a concretização de uma educação inclusiva, porém é perceptível que houve diversos avanços, principalmente relacionados aos aspectos legais ao longo

dos anos, que objetivaram implantar uma educação que incluía todos, respeitando as particularidades de cada ser humano. Nesse âmbito, a escola é um lugar que deve ser propício para isso, estimulando a diversidade, desconstruindo paradigmas enraizados na sociedade sobre as pessoas com deficiência.

Em razão disso, percebe-se que há uma grande problemática envolvendo a inclusão de pessoas com deficiência dentro da escola regular, como o preconceito, ausência de infraestrutura adequada, falta de profissionais capacitados e materiais adequados para trabalhar com os alunos que necessitam de um ambiente apto para recebê-los, e promover o seu desenvolvimento efetivamente em condições de igualdade para com seus pares. Por isso, surgiu a inquietação sobre como esses entraves impedem que a Educação inclusiva seja realmente efetivada nas escolas públicas do Brasil?

Com base nesse contexto, temos como objetivo geral, problematizar os desafios enfrentados no ensino público do Brasil para inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades específicas. E como objetivos específicos, compreender o processo histórico das pessoas com deficiências até chegar à perspectiva da educação inclusiva atualmente; analisar os principais dispositivos legais que regulamentam a inclusão no Brasil e colaborar com reflexões acerca dos problemas enfrentados para a efetivação da inclusão escolar no sistema público de ensino do país.

Diante disso, foi escolhida uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, em que será realizado um levantamento e revisão da literatura disponível em sites como Google acadêmico e Scielo, buscando materiais publicados sobre a temática escolhida para alicerçar toda a fundamentação teórica que será apresentada neste trabalho.

## **2- REFERENCIAL TEÓRICO**

A Constituição Federal em seu Art. 205 (Brasil, 1988) diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Isso significa que, a educação deve incluir todos, sem nenhuma distinção, respeitando toda a diversidade existente na sociedade e que está presente dentro do ambiente escolar.

Porém, nem sempre encontramos esta realidade dentro da escola, pois, conforme Miranda (2019, p.17) “a escola pode ser caracterizada por uma visão de educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo [...]”. Seguindo essa lógica, percebemos que a educação inclusiva é ainda mais desafiadora. “Faz-se importante ter um olhar mais complexo e crítico sobre a inclusão escolar, que deve ser problematizada e circunstanciada num cenário social desigual” (HASHIZUME; ALVES, 2022, p.8).

A história nos mostra que a educação nem sempre teve a proposta de ser para todos, pelo contrário, seu histórico é excludente, principalmente para as pessoas com deficiência que durante muito tempo foram discriminadas e excluídas da sociedade. Por isso, para falarmos sobre inclusão no ambiente escolar, é necessário antes de tudo, compreendermos o processo histórico das pessoas com deficiência até chegarmos à perspectiva atual que visa uma educação inclusiva.

## **2.1 BREVE HISTÓRICO DA EXCLUSÃO TOTAL ATÉ AO PARADIGMA DA INCLUSÃO**

A proposta de uma educação inclusiva nem sempre foi uma realidade no sistema educacional mundial, muito menos no Brasil, que é um país marcado por inúmeras desigualdades sociais. Kassar (2012, p.835) pontua que “o país é construído a partir da diversidade de populações e de suas histórias, mas de forma extremamente desigual”. Isso se encaixa também em relação à educação para pessoas com deficiência, que historicamente sofreram e ainda sofrem com o preconceito e discriminação pela sociedade, inclusive no próprio ambiente escolar.

A história das pessoas com deficiência foi marcada por quatro momentos distintos: a exclusão total, a segregação, a integração e o mais recente que é a inclusão. No primeiro momento, as pessoas com deficiência eram completamente excluídas da sociedade, eram vistas como

incapazes, inúteis, doentes, outras eram perseguidas e mortas. Segundo Costa et al. (2016, p. 2), “por volta de 1496, as pessoas com alguma deficiência ou transtorno mental eram perseguidas e executadas. Nesta época entendiam que isso significava uma “presença do demônio dentro dessas pessoas”

O segundo momento foi marcado pela segregação, no qual as pessoas com deficiência eram inseridas em instituições. De acordo com Zavareze (2009, apud MIRANDA, 2019, p.13), “[...] por volta do século XVII até o final do século XIX, no Brasil, as instituições manicomiais e asilares, prisões e orfanatos surgiram com o objetivo de servir como depósitos de pessoas consideradas deficientes, até então isoladas pelos demais integrantes da sociedade”.

Minetto (2010, p.46) relata que

as pessoas com necessidades educacionais especiais eram segregadas em espaços que tratavam a deficiência como se fosse uma doença, no entanto houve o surgimento de grandes instituições especializadas em pessoas com deficiência, e é a partir de então que poderíamos considerar ter surgido a educação especial. (apud Costa, et al. 2016, p.2).

Caminhando mais um pouco, chegamos na fase da integração, que se inicia a partir do século XX; tinha uma perspectiva diferente das elencadas anteriormente, porém, também excludente, na qual as crianças eram inseridas na escola, mas não era dado nenhum suporte para sua permanência; eram os estudantes com deficiência que deveriam se enquadrar ao sistema educacional, e não o contrário.

A Integração defendia o direito do aluno com necessidades educacionais especiais ser matriculado na escola regular, desde que, por seu próprio esforço, se adaptasse ao ambiente enquanto os sistemas de ensino e a escola não tinham compromisso em adaptar e mantinha-se inalterada sem adequar às necessidades destes alunos. (Costa, et al. 2016, p.6).

Logo após a integração, surge a quarta fase que é o paradigma da inclusão, o qual abarca uma concepção de uma educação para todos, respeitando a diversidade e particularidades de cada um, o ambiente escolar deve estar preparado para receber os estudantes, adaptando-se toda a estrutura escolar, eliminando todas as barreiras que venham a impedir seu acesso e permanência na escola. De acordo com Mendes (2006, apud Miranda, 2019, p. 14), “a educação inclusiva envolve certa adaptação das instituições de ensino às demandas apresentadas pelos alunos com deficiências, e a mesma tem papel determinante na vida destes sujeitos”.

Sá (2009, p.26 apud Costa et al., 2016, p.3) aponta que “a denominada educação inclusiva nasceu nos Estados Unidos, pelas mãos da Lei Pública 94.142, de 1975”. Porém, é a partir dos anos 90 que ocorrem movimentos mais fortes voltados para a inclusão. O primeiro foi a Conferência Mundial para todos em 1990 e o segundo foi a Declaração de Salamanca em 1994, sendo este último evento o que realmente impulsionou a Educação Inclusiva.

Segundo Mitler (2003, apud Costa et al., p. 9), “o marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a Declaração da Salamanca Espanha, realizada pela Unesco na Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade, assinado por 92 países”, sendo o Brasil um dos países a assinar e oficializar a partir de então a busca por uma educação inclusiva. A Declaração de Salamanca (1994, p.2) diz que “adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma”. Depois desse marco surgiram outros documentos, bem como dispositivos legais, que veremos a seguir.

## **2. 2 PRINCIPAIS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE REGULAMENTAM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

Os dispositivos legais que regulamentam a educação inclusiva no Brasil representam um avanço significativo. Como observado anteriormente, ao analisarmos a breve história das pessoas com deficiência, fica evidente que elas não possuíam direitos para participar plenamente na sociedade, incluindo o ambiente escolar. As legislações implementadas ao longo dos anos vieram para garantir direitos de extrema importância às pessoas com deficiência.

Na Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205 diz que “a educação é um direito de todos [...]”, e em seu Art. 206, Inciso I, afirma que “o ensino será ministrado com base em alguns princípios, sendo um deles a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, princípio este que também encontramos no Art 3º da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN). Já no Art. 208, Inciso III da Carta Magna, dispõe sobre “o atendimento especializado a pessoas com deficiência, que deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988).

Já a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), em seu Art. 4º, Inciso III afirma que “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, será preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996). Porém, o termo preferencialmente demonstra um pouco de fragilidade na garantia de acesso das pessoas com deficiência à rede regular de ensino.

Nessa direção, Mendes (2006, p.398), aponta que “a legislação ao mesmo tempo em que ampara a possibilidade de acesso à escola comum, não define obrigatoriedade e até admite a possibilidade de escolarização que não seja na escola regular”. As Leis devem servir para regulamentar e trazer mais segurança; a educação para pessoas com deficiência não deve ocorrer de forma “preferencial”, mas ser obrigatória, e os dispositivos legais que regulamentam a educação devem ter clareza sobre isso.

Outro dispositivo legal muito importante é a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que em seu Art. 1º diz que:

vai estabelecer normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (Brasil, 2015).

Caminhando mais um pouco, através do Decreto nº6.571 de 2008, o Ministério da Educação cria a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que visa o aumento do atendimento de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. “Tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2008).

Outro documento muito importante e que deve ser citado é a Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com Deficiência da Organização das Unidas (ONU) de 13 de dezembro de 2006, que em seu Art. 1º diz que tem como propósito “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”.

No Brasil, tornou-se efetiva através do Decreto Legislativo 186/2008 que “aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007” (Brasil, 2007). E pelo Decreto Presidencial 6.949 de 25 de agosto de 2009 que promulgou a convenção.

Tendo como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foi criada a Lei nº13.146, de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e em seu Art. 1º declara que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015), sendo um marco muito importante na história das pessoas com deficiência.

Percebe-se que todos esses dispositivos legais são importantes para a efetivação de uma educação inclusiva, porém encontramos muitos entraves que inviabilizam uma inclusão plena, são muitas barreiras existentes na sociedade e na escola. São necessárias ações mais práticas dentro do ambiente escolar.

Conforme Hashizume e Alves (2022, p.12):

as políticas e ações afirmativas são recursos importantes para a garantia de direitos equânimes para os estudantes com deficiência, sendo necessário construir uma cultura de argumentação e aceitação a tais ações, apresentando a história de discriminação e exclusão que nos antecedeu.

Os dispositivos legais, as políticas e ações afirmativas relacionados às pessoas com deficiências são essenciais, visto que durante muitos anos essas pessoas foram desamparadas e excluídas, sem ser reconhecidas como cidadãos com direitos. Contudo, percebe-se que os desafios ainda são muitos para que a inclusão de pessoas com deficiência seja realmente efetivada no dia a dia. Desse modo, é necessário refletirmos sobre quais os entraves que impedem a concretização de uma educação realmente inclusiva.

### **2.3 REFLEXÕES SOBRE OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PARA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A educação no sistema público de ensino do Brasil enfrenta diversos problemas, como falta de investimentos do governo, que colabora com a escassez de recursos mínimos para suprir as necessidades das escolas. Isso reflete diretamente na qualidade da educação, dificultando uma prática realmente inclusiva, além de outros fatores, como o preconceito que ainda está muito presente na sociedade em relação às pessoas com deficiência.

Ainda percebemos um movimento de algumas pessoas que tentam excluir as pessoas com deficiência dos espaços sociais, inclusive da escola. Este pensamento excludente tem raízes históricas, que infelizmente ainda perduram atualmente, tornando a implementação da educação inclusiva ainda mais complexa do que imaginamos, pois necessita eliminar muitos obstáculos para ser posta em prática.

Faz-se importante ter um olhar mais complexo e crítico sobre a inclusão escolar, que deve ser problematizada e circunstanciada num cenário social desigual. Falar de inclusão é questionar também processos de exclusão encontrados em discursos que se pretendem imparciais, especializados e inclusivos (HASHIZUME; ALVES, 2022, p.8).

Conforme Mendes (2006, p.401), “no Brasil, no campo educacional, as perspectivas para a mudança estão postas na lei, mas ainda não estão devidamente traduzidas em ações políticas”. Isso nos faz refletir que apesar das leis que já regulamentam um ensino que seja inclusivo, ainda faltam outras ações a serem realizadas para realmente fazer funcionar a inclusão, pois não basta inserir a criança na sala regular, sem que seja dado nenhum suporte para que ela possa se desenvolver.

Para que o estado possa efetivamente cumprir suas responsabilidades de forma eficaz, torna-se necessário um olhar diferenciado e comprometido em torno das atuais políticas públicas que regem a educação inclusiva, assumindo para si a responsabilidade para com esse público (MIRANDA, 2019, p.16).

Além do Estado cumprir com suas responsabilidades, é necessário que a instituição escolar também seja um lugar que realmente inclua, a começar pelas atitudes daqueles que estão dentro do chão da escola, como professores, gestores, coordenadores, e toda a equipe dos outros setores que estão dentro do ambiente escolar, desfazendo principalmente as barreiras atitudinais, que são um dos principais entraves que dificultam uma educação inclusiva plena.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), em seu Art. 3º, Inciso IV parte E, barreiras atitudinais são “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). A Lei classifica as barreiras em seis: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) em seu Art. 3º, Inciso IV, traz a definição do que vem a ser barreiras:

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2015).

O ambiente escolar também enfrenta outros desafios que impossibilitam o acesso em igualdade de condições das pessoas com deficiência ou outras necessidades específicas, como falta de acessibilidade nos espaços escolares, falta de profissionais qualificados, falta de adequações das atividades propostas em sala de aula para atender as necessidades dos alunos com deficiência, escassez de materiais que ajudem e facilitem o seu aprendizado, além de uma equipe multidisciplinar que trabalhe em conjunto para o desenvolvimento destes alunos.

Um agente de grande importância para a concretização da inclusão escolar é o professor, que precisa ter uma atitude de acolhimento frente à diversidade em sala de aula, buscando conhecimento e aprimoramento para sua prática docente, bem como com viabilização de uma sala de aula que atenda todos que estão ali presentes. “Porém, hoje o discurso é que os professores não estão preparados para receber o aluno com deficiência e a escola não dispõe de infraestrutura adequada e não possui recursos didático-pedagógico para atender esse público, mesmo sendo um direito estabelecido por lei” (SILVA NETO et al., 2018, p.89).

Percebe-se com base em tudo que foi exposto, que hoje vivenciamos um discurso que fala de inclusão, principalmente nos dispositivos legais, porém vivenciamos ainda uma prática que se aproxima mais de uma integração, com uma postura excludente, discriminatória e despreparada para lidar com a diversidade nas escolas, nas quais, muitas vezes, o aluno com deficiência é visto como alguém que atrapalha os demais estudantes sem deficiência.

Proporcionar ao aluno com deficiência um desenvolvimento com equidade de oportunidades é mais do que formalizar a igualdade de direitos em leis e decretos ou disponibilizar recursos alternativos para a aprendizagem. Um ambiente escolar realmente atento ao desenvolvimento de uma Cultura Inclusiva proporciona a esse aluno condições para interagir ativamente no contexto social, levando em conta as adaptações necessárias, mas, acima de tudo, capacitando o professor para a promoção de uma convivência coletiva, onde todos os alunos se sintam pertencentes ao grupo – pois esses sentimentos de pertencimento e de identificação com o grupo são extremamente necessários para um

desenvolvimento mais eficaz do indivíduo (MACENA, JUSTINO, CAPELLINI, 2018, p.1297).

Desse modo, os desafios enfrentados para concretização de uma educação inclusiva são muitos, apesar de ser inegável os avanços quando comparamos com toda a história das pessoas com deficiência. Contudo, é necessário um esforço de toda comunidade escolar, da família, dos governos e de toda sociedade, com o intuito de eliminar qualquer barreira que impossibilite a concretização da inclusão escolar e a garantia de uma educação de qualidade para todos.

### **3- METODOLOGIA**

Segundo Silveira e Córdova (2009, p.31), “[...] a pesquisa possibilita uma aproximação da realidade a investigar, é um processo inacabado. Processa-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo-nos subsídios para uma intervenção no real”. Levando em conta nossa temática, escolhemos utilizar uma pesquisa cuja abordagem é qualitativa, visto que iremos realizar uma análise dos desafios da educação inclusiva no ensino público do Brasil, que tem um caráter mais subjetivo, e, portanto, mais difícil de ser quantificado.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p.21-22).

Quanto à técnica de coleta de dados foi escolhida a pesquisa bibliográfica e exploratória, devido à natureza do objeto de estudo, na qual buscamos fazer uma revisão da literatura, buscando artigos, teses, dissertações, entre outras obras que foram publicadas sobre o tema de estudo deste presente trabalho de pesquisa. Desta forma, a pesquisa foi realizada em sites especializados como Scielo, e Google acadêmico. “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2003, p.183) afirmam que ela “não é uma mera repetição do já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Desta forma, as fontes

bibliográficas foram utilizadas para alicerçar nossa discussão teórica, através de autores que abordam e discutem sobre inclusão escolar.

Para conduzir nossa pesquisa sobre artigos científicos relacionados à temática da educação inclusiva, utilizamos palavras-chave específicas, como "desafios da educação inclusiva no Brasil", "breve histórico da educação inclusiva", "educação inclusiva no Brasil" e "educação inclusiva". Através desses termos-chave, identificamos uma variedade de trabalhos científicos que exploram essa temática. A escolha dos artigos foi com base nos seguintes critérios: relevância dentro da plataforma de pesquisa, títulos dos trabalhos de que mais se aproximassem a temática e os objetivos desta pesquisa, além do ano de publicação, uns mais antigos e outros mais recentes.

No Google Acadêmico, ao utilizar os termos-chave "desafios da educação inclusiva no Brasil", obtivemos aproximadamente 149.000 resultados. Nesse conjunto, selecionamos 2 artigos, sendo que 1 deles foi considerado relevante. Em relação ao termo "breve histórico da educação inclusiva", identificamos cerca de 85.000 resultados, e, como já encontramos um artigo relevante no termo anterior, selecionamos mais 2 artigos, resultando na inclusão do artigo de Costa et al. (2016).

Ainda utilizando o google acadêmico com o termo "educação inclusiva no Brasil", encontramos aproximadamente 210.000 artigos. Notamos que um dos artigos (Miranda, 2019) já tinha sido contemplado nos termos anteriores. Portanto, escolhemos mais 2 artigos, embora nenhum deles tenha sido considerado relevante para nossa pesquisa. No caso do termo "educação inclusiva", identificamos 322.000 resultados. Selecionamos mais 2 artigos, dos quais apenas um, Silva Neto et al. (2018), foi considerado relevante.

No Scielo, ao buscar o termo "desafios da educação inclusiva no Brasil", encontramos 399 artigos. Optamos por selecionar 2 artigos, e um deles foi considerado relevante para nossa pesquisa. Com relação ao termo "breve histórico da educação inclusiva", obtivemos 3 resultados, mas um deles já havia sido contemplado anteriormente, então não escolhemos nenhum outro.

Ao usar o termo "educação inclusiva no Brasil" no Scielo, obtivemos 49 resultados. O artigo de Macena (2018), que também se encontra nos termos anteriores, foi identificado novamente. Selecionamos mais 4 artigos, dos quais 3 foram considerados relevantes e incluídos em nossa pesquisa: Hashizume e Alves (2022), Kassar (2012) e Mendes (2006). Por fim, ao pesquisar apenas o termo "educação inclusiva", notamos que já contemplamos os artigos acima, e, portanto, não selecionamos mais nenhum nesses dois sites especializados.

Assim, conduzimos uma pesquisa ampla nessas duas bases de dados, identificando artigos relevantes relacionados ao nosso tópico de pesquisa. Isso resultou na seleção de um total de 7 artigos para servirem como base teórica em nosso trabalho. Esses artigos são provenientes de diferentes autores, o que é fundamental para abranger diversas perspectivas sobre a educação inclusiva no Brasil. Além disso, abrangem um período de 16 anos, que vai de 2006 a 2022, proporcionando uma visão abrangente da evolução desse campo.

**Segue abaixo uma tabela com as principais informações dos artigos selecionados:**

<b>Item:</b>	<b>Título do artigo:</b>	<b>Autor(es) dos artigos:</b>	<b>Ano de publicação:</b>
<b>1</b>	A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil;	Mendes	2006
<b>2</b>	Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade;	Kassar	2012
<b>3</b>	Educação inclusiva: breve contexto histórico das mudanças de paradigmas;	Costa et al.	2016
<b>4</b>	O plano nacional de educação 2014-2024 e os desafios para a Educação Especial na perspectiva de uma cultura inclusiva;	Macena et al.	2018
<b>5</b>	Educação Inclusiva: uma escola para todos;	Silva Neto, et al.	2018
<b>6</b>	Aspectos históricos da Educação Inclusiva no Brasil;	Miranda	2019
<b>7</b>	Políticas afirmativas e inclusão: formação continuada e direitos	Hashizume e Alves	2022

Além da seleção dos artigos mencionados, destacamos também aos principais documentos legais que regulamentam a educação inclusiva no Brasil, que englobam desde a Constituição Federal de 1988 até a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa abordagem permitiu estabelecer um diálogo significativo com os autores dos artigos científicos selecionados, enriquecendo ainda mais nossa pesquisa.

Para a coleta dos dados foi utilizada a análise de Conteúdo de Bardin (1977), que é organizada em três diferentes: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Nesse processo, levaremos em consideração tanto o nosso objetivo geral quanto os objetivos específicos estabelecidos, que são os seguintes: problematizar os desafios enfrentados no ensino público do Brasil para inclusão de pessoas com deficiência e outras necessidades específicas. Compreender o processo histórico das pessoas com deficiências até chegar à perspectiva da educação inclusiva atualmente; analisar os principais dispositivos legais que regulamentam a inclusão no Brasil e colaborar com reflexões acerca dos problemas enfrentados para a efetivação da inclusão escolar no sistema público de ensino do país.

A seguir, apresentaremos os resultados e a discussão dos dados encontrados a partir de sete artigos selecionados para este trabalho, com o objetivo de identificar os desafios enfrentados na efetivação da educação inclusiva no ensino público do Brasil. A análise se baseia nos principais aspectos encontrados nos artigos, relacionando-os com os objetivos específicos desta pesquisa. Os destaques incluem um breve histórico das pessoas com deficiência, as principais legislações relacionadas à educação inclusiva no Brasil e reflexões sobre os principais obstáculos encontrados para a implementação eficaz da educação inclusiva no país.

#### **4- RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS**

A partir da problemática abordada nesta pesquisa, que se concentra na inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar regular e nos desafios enfrentados dentro desse sistema, como o preconceito, a falta de infraestrutura adequada, a carência de profissionais qualificados e a insuficiência de materiais adequados para atender às necessidades dos alunos que requerem um ambiente propício ao seu desenvolvimento, surgiu a seguinte questão de pesquisa: como esses entraves impedem que a Educação inclusiva seja realmente efetivada nas escolas públicas do Brasil?

Formulamos três questões para conduzir a análise e discussão dos dados, alinhando-os com nossos objetivos e a pergunta de pesquisa. Essas questões servirão como base para a intersecção das informações extraídas dos artigos selecionados, estabelecendo um diálogo com os autores estudados e com o conteúdo abordado no referencial teórico. Com isso, pretende-se dialogar com diversos autores, trazendo suas concepções e construindo as nossas, a partir do que compreendemos e

conhecemos sobre a temática, mas sempre conversando com a teoria que é o principal instrumento utilizado nessa pesquisa.

#### **4.1 Em que medida o contexto histórico da educação das pessoas com deficiência desempenha um papel significativo na compreensão dos desafios enfrentados pela educação inclusiva no Brasil atualmente?**

O ambiente escolar reflete a sociedade em que vivemos, tornando-se um espelho dos preconceitos profundamente enraizados em relação às pessoas com deficiência. O contexto histórico desempenha um papel fundamental na compreensão das razões pelas quais a educação inclusiva no ensino público brasileiro ainda não se concretizou plenamente. Para contextualizar esse aspecto histórico no nosso referencial teórico, utilizamos os artigos dos autores Costa et al. (2016), Kassar (2012) e Miranda (2019). No entanto, é importante ressaltar que os artigos dos autores Hashizume e Alves (2022), Macena (2018), Mendes (2006), Silva Neto et al. (2018) também abordam a questão histórica como ponto de partida, uma vez que é crucial para identificar as raízes dos desafios contemporâneos na implementação efetiva da inclusão escolar.

Três momentos históricos cruciais precederam a perspectiva atual da inclusão. Segundo Miranda (2019), aponta que “O primeiro momento corresponde à era cristã, na qual o deficiente era compreendido como um ser inútil, que era colocado de lado das atividades realizadas, sendo, pois, negligenciado pela sociedade”. Já Consta et al (2016), vai dizer que “na Idade Média as pessoas com necessidades especiais eram excluídas da sociedade visto como doentes e incapazes principalmente na área do saber”.

O segundo marco foi o período de segregação, quando instituições, escolas “especiais” e asilos acolhiam os rotulados como "anormais", enquanto os considerados "normais" frequentavam escolas regulares. Por volta de 1960, surge o movimento de integração, marcando o terceiro marco antes do paradigma de inclusão. Nesse estágio, as pessoas com deficiência passaram a ser incorporadas nas escolas regulares. Contudo, essa integração não proporcionou condições equitativas para a permanência deles na escola em relação aos demais estudantes. Nessa abordagem de integração, os alunos com deficiência eram obrigados a se conformar ao ambiente, em vez de adaptar o ambiente às suas necessidades.

A Integração defendia o direito do aluno com necessidades educacionais especiais ser matriculado na escola regular desde que, por seu próprio esforço adaptasse ao ambiente

enquanto que os sistemas de ensino e a escola não tinham compromisso em adaptar e mantinha-se inalterada sem adequar às necessidades destes alunos (COSTA, et al, 2016).

É inegável que, ao longo de grande parte da história, as pessoas com deficiência enfrentaram a marginalização na sociedade, o que ainda resulta em situações de exclusão, inclusive no ambiente escolar. Portanto, para uma compreensão plena dos desafios contemporâneos da educação inclusiva no sistema público de ensino brasileiro, é essencial revisitar o passado. Esse exercício histórico nos revela que as pessoas com deficiência tiveram que superar uma série de obstáculos para conquistar o reconhecimento de seus direitos na sociedade.

Nesse sentido, a implementação da educação inclusiva nas escolas públicas brasileiras se configura como um desafio significativo. O percurso histórico das pessoas com deficiência é revelado de um contexto social e educacional permeado por inúmeras dificuldades, preconceito, exclusão e segregação. Inúmeras barreiras obstaculizaram seu desenvolvimento pleno e sua convivência em igualdade de condições com os demais indivíduos. Esses paradigmas de exclusão, segregação e integração ainda persistem na sociedade, porém de maneira mais sutil e camuflada.

Apesar do panorama de fundo histórico, que desempenha um papel crucial nos desafios enfrentados para concretizar a educação inclusiva no Brasil atualmente, progressos importantes têm contribuído para que a inclusão seja concebida e gradualmente renovada nas escolas do país, que são as leis que regulamentam a educação inclusiva no Brasil. No entanto, ainda não são suficientes para podermos afirmar com certeza que dispomos de um sistema escolar público verdadeiramente inclusivo.

#### **4.2 Os dispositivos legais que regulamentam a educação inclusiva no Brasil estão demonstrando eficácia na prática?**

Quando falamos sobre os principais dispositivos legais que regulamentam a educação inclusiva no Brasil, utilizamos inicialmente no referencial teórico artigos dos autores Mendes (2006) e Hashizume e Alves (2022) que trazem algumas problematizações acerca das legislações vigentes, e que demonstram que apesar de serem um grande avanço quando comparamos com a história das pessoas com deficiência, ainda precisam de algumas mudanças para realmente serem vistas na prática de fato.

Essa situação se torna evidente quando Mendes (2006) destaca a utilização do termo "preferencialmente" tanto na Constituição Federal de 1988 quanto na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional de 1996. Isso permite que alunos com deficiência sejam matriculados em escolas especializadas, justificando-se em situações específicas em que o aluno não consiga participar de uma sala de aula regular. Essa abordagem possibilita uma forma mais sutil de segregação desses estudantes.

É inegável a presença de uma dicotomia no discurso em relação à educação inclusiva no Brasil. Por um lado, o país busca se alinhar com convenções e documentos internacionais que defendem a inclusão, como a Declaração de Salamanca, que difundiu globalmente a filosofia da educação inclusiva. No entanto, na prática, o sistema educacional brasileiro ainda não se encontra totalmente preparado para implementar efetivamente essa filosofia. É evidente que, nas escolas públicas brasileiras, estamos mais próximos de uma integração do que de uma inclusão realmente.

Conforme pontua Hashizume e Alves, (2022, p.10):

Quando falamos de inclusão, mais correto seria utilizarmos o binômio inclusão-exclusão, pois nenhum grupo se enquadra apenas em situação de inclusão ou de exclusão. Trata-se de um processo dinâmico, em que ora os papéis de invertem, ora se transferem, de modo que um mesmo sujeito possa ser classificado duplamente como incluído e excluído.

Miranda (2019, p.12) pontua que “ [...] que nessa tentativa de inclusão um movimento contraditório. Ou seja, ao mesmo tempo em que o movimento de inclusão da pessoa com deficiência segue o princípio da igualdade, essas mesmas leis, políticas e documentos segregam e separam os sujeitos pelas suas diferenças”. Em um país como o Brasil, caracterizado por profundas desigualdades sociais e um sistema educacional que ainda busca alcançar a qualidade desejada, o processo de inclusão tem se desenvolvido de forma gradual, e as leis ainda apresentam algumas lacunas a serem preenchidas.

Em meio a esse cenário, é evidente que já avançamos consideravelmente, destacando-se a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão em 2015 (BRASIL, 2015). No entanto, o governo deve redobrar os seus esforços para garantir uma educação de qualidade para todos, com igualdade de oportunidades. De acordo com Macena, Justino e Capellini (2018, p.1288) “políticas voltadas para uma Educação Inclusiva devem sempre ressaltar, em suas afirmativas, a necessidade de reunião de esforços para acolhimento das diferenças”.

É igualmente vital reavaliar os dispositivos legais periodicamente para garantir que estejam alinhados com os parâmetros necessários para promover a inclusão no ambiente escolar. Para compreendermos por que a concretização da educação inclusiva no Brasil é um desafio, tornou-se

fundamental abordar a perspectiva histórica, bem como a legislação que preconiza a educação inclusiva. Além da análise já realizada, é crucial ponderarmos sobre as barreiras práticas que dificultam a efetivação da educação inclusiva no cenário brasileiro.

#### **4.3 Considerando tudo o que foi discutido anteriormente, quais são os principais desafios enfrentados atualmente para a implementação da educação inclusiva no sistema de ensino público brasileiro?**

Na construção do referencial teórico para analisar os principais desafios enfrentados na efetivação da educação inclusiva no Brasil, apresentamos inicialmente as contribuições dos seguintes autores: Hashizume e Alves (2022), Mendes (2006), Miranda (2019), Silva Neto et al. (2018) e Macena, Justino e Capellini (2018).

Kassar (2012, p.835) pontua que “a formação econômica do Brasil e as características de sua organização social fizeram com que o país passasse a conviver com vários problemas que impactaram diretamente a vida de crianças e jovens brasileiros, muitos dos quais presentes até hoje[...]. Podemos dizer que um dos problemas é justamente a escassez de investimentos por parte do governo, que gera impactos diretos na qualidade da educação pública brasileira. Muitas escolas enfrentam carência até mesmo dos recursos mais básicos para operar, demonstrando um cenário de abandono por parte do sistema público. A situação é agravada pelo contexto de extrema desigualdade social do país, o que afeta a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas.

Além do problema da desigualdade social, persiste um comportamento que visa a exclusão das pessoas com deficiência dos espaços sociais, incluindo o ambiente escolar. Isso é evidenciado tanto em discursos quanto em práticas observáveis até entre profissionais da educação. Há ainda uma resistência à inclusão plena de alunos com deficiência. Evidencia-se isso na recusa de matrícula desses estudantes, desconsiderando o fato de que tal direito é garantido por lei.

A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõe a seleção, naturalizando o fracasso escolar (MIRANDA, 2019, p.18-19).

A presença persistente de uma mentalidade excludente, profundamente enraizada por eventos históricos, amplifica consideravelmente os desafios colocados na implementação da educação inclusiva. Isso requer a superação de uma série de obstáculos complexos para tornar efetiva essa prática, uma vez que diversas barreiras dificultam a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva. As próprias leis também apresentam algumas lacunas, demonstrando que ainda há uma carência de ações políticas e estruturais para transformar a inclusão em algo concreto e tangível na realidade.

Isso implica que, para efetivar uma educação verdadeiramente inclusiva, é essencial estabelecer uma conexão entre diferentes setores além da escola. Dentro do próprio ambiente escolar, é crucial contar com uma equipe multidisciplinar dedicada a atender os alunos com deficiência, composta por profissionais capacitados para atender a toda a diversidade presente na escola. Essa capacitação não deve apenas ser impulsionada pelo governo, mas também deve ser uma busca contínua por parte dos próprios profissionais da educação, envolvendo a preparação adequada para a efetiva inclusão de todos os alunos na prática educacional.

Um ponto importante que precisa ser destacado para incluir alunos com deficiência está na qualificação da equipe de profissionais escolares e dos recursos pedagógicos. Não podemos falar somente em inclusão escolar de forma passional, mas devemos fazer o debate segundo a visão de quem faz a escola, sejam professores, coordenadores, diretorias, porteiros, entre outros. Não basta que o aluno seja matriculado por força da lei em uma turma de ensino regular, pois é de fundamental importância uma equipe preparada para que a inclusão se efetive (SILVA NETO et al., 2018, p.88).

Todos os participantes envolvidos no ambiente escolar desempenham papéis fundamentais na efetivação da prática inclusiva. A construção de uma educação inclusiva é uma responsabilidade compartilhada por todos, mas ganha ainda maior relevância entre aqueles que lideram as decisões nas escolas, como gestores e coordenadores, bem como entre os professores, que desempenham um papel crucial ao receber os alunos em suas salas de aula. Esses educadores devem estar comprometidos com o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Nesse contexto, Hashizume e Alves (2022, p.14) ressaltam que:

Atuando nas esferas emocionais, cognitivas e sociais, o trabalho de formação docente pode ser fundamental para construir e transformar mentalidades, modos de pensar a profissão docente, além de recuperar uma visão cidadã sobre a inclusão. Ao transformar mentalidades, atitudes, dinâmicas institucionais e práticas cotidianas dos diferentes atores, individuais e coletivos, muda-se também o estudante e suas gerações formadas. Esse processo deve sempre respeitar as especificidades dos grupos e os anseios que estes projetam nos espaços de formação.

No entanto, é evidente que os professores no Brasil enfrentam condições desfavoráveis e falta de valorização, além de terem que lidar com escolas que muitas vezes carecem de recursos básicos para operar. Esses educadores se deparam com uma série de problemas diários, o que cria um cenário educacional extremamente desafiador e desmotivador. Infelizmente, esses fatores acabam comprometendo a realização eficaz da educação inclusiva. A realidade das escolas não favorece a implementação do que está legalmente prescrito, o que cria uma discrepância entre a teoria e a prática.

Como foi evidenciado, a concretização da educação inclusiva se depara com diversos desafios. Essas dificuldades são refletidas em uma série de obstáculos presentes no ambiente escolar, que vão desde a insuficiência de investimentos na educação pública até a carência de recursos, impactando diretamente a qualidade educacional para todos os alunos. Esses problemas permeiam todas as esferas das instituições escolares, prejudicando a realização plena de uma educação inclusiva. Diante dessa situação, ainda há uma série de questões que exigem soluções para a efetivação desse modelo educacional abrangente e igualitário.

A educação inclusiva ainda é um ideal que parece distante ao confrontarmos a realidade da educação no Brasil. Apesar dos avanços proporcionados pelos dispositivos legais que regulam a educação inclusiva no país, considerando todo o contexto histórico marcado por exclusão e segregação, o cenário atual ainda é caracterizado por práticas excludentes.

Diante disso, a análise dos dados nos conduz à conclusão de que a sociedade continua a viver em um período de integração disfarçada como inclusão. É imperativo que todos os segmentos da sociedade exijam melhorias na qualidade da educação pública no Brasil. Conforme ressaltado no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988: " A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

## **5- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base em toda a análise dos dados apresentados e examinados ao longo desta pesquisa sobre os desafios da educação inclusiva no Brasil, é possível elaborar considerações substanciais

sobre esse assunto. A temática da educação inclusiva não merece apenas ser debatida, mas também exige uma atenção ampla de toda a sociedade. Mais do que apenas debater, é fundamental que cobremos do governo uma atitude mais proativa e engajada na busca pela melhoria da qualidade da educação em nosso país.

Fica evidente que os desafios que cercam a educação inclusiva no Brasil possuem raízes profundamente históricas. Infelizmente, essas raízes ainda persistem em nossa sociedade contemporânea. Ainda nos deparamos com discursos excludentes, preconceituosos e discriminatórios, que refletem uma visão distorcida da diversidade presente em nossa sociedade. Esses discursos muitas vezes são capacitistas, desconsiderando a capacidade e o potencial das pessoas com deficiência.

No contexto escolar, nos deparamos com situações que, ao invés de fomentarem a inclusão, lamentavelmente perpetuam a exclusão e a segregação dos alunos com deficiência. Isso evidencia que as leis que deveriam regular a educação inclusiva no Brasil ainda estão distantes de serem aplicadas na prática. Torna-se claro que a implementação da inclusão na escola exige um esforço conjunto, envolvendo ações tanto do governo quanto de toda a sociedade. É necessário um comprometimento mais amplo para garantir que as promessas legais se tornem uma realidade palpável no ambiente educacional.

A trajetória em direção a uma educação inclusiva continua a ser longa e exige comprometimento tanto no âmbito teórico quanto na implementação prática. Uma mudança fundamental na mentalidade da sociedade é vital. Isso abrange todos os indivíduos que fazem parte do ambiente escolar, principalmente aqueles que têm um papel central. Esse ambiente precisa se transformar em um local acolhedor e genuinamente inclusivo para todos os alunos, independentemente de suas características individuais

A pesquisa nos revela a complexidade e os desafios que permeiam a educação inclusiva, especialmente em um contexto tão desigual como o vivenciado no Brasil. Diante disso, a mudança exige o esforço coordenado de todos os setores da sociedade. A escola, por si só, não conseguirá concretizar uma educação verdadeiramente inclusiva se ainda tiver de enfrentar diariamente uma série de obstáculos decorrentes da negligência do governo em relação à educação pública do país.

Portanto, chegamos à conclusão de que a educação só se tornará verdadeiramente inclusiva quando todos estiverem comprometidos com a busca por uma educação de qualidade. Exigir ações do governo é essencial, mas também temos a responsabilidade de desempenhar nossa parte,

contribuindo para a superação das barreiras históricas e estruturais que ainda impedem a realização plena da educação inclusiva. Nesse sentido, é crucial fomentar um diálogo contínuo, aumentar a consciência e exigir mudanças reais. Só assim poderemos aspirar a uma educação inclusiva e igualitária para todos os brasileiros.

## 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF.

BRASIL, Lei nº 10.098, de 23 de março de 1994. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Brasília, DF.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: SEESP/MEC, 2007.

COSTA, Denise Ferreira da. COSTA, Solange MANTANHER Maciel e. TUCHINSKI, Carla Maria Fernandes. MIGUEL, Eliana Alves. OLIVEIRA, Maria Ferreira da Silva. WATHIER, Juliana Costa. **Educação Inclusiva: Breve Contexto Histórico das Mudanças de Paradigmas**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-inclusiva-breve-contexto-historico-das-mudancas-de-paradigmas>. Acesso em: 30 jan. 2023.

HASHIZUME, C. M., & ALVES, M. D. F. (2022). **Políticas afirmativas e inclusão:: formação continuada e direitos**. DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/delta/article/view/57203>. Acesso em: 10 fev. 2023.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. **Educação Especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade**. Campinas, v.33, n.120, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/9GqQTbYV8QjfVWpjdYFHDP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

MACENA, Janaína Oliveira; JUSTINO, Laura Regina Paniagua; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **O Plano Nacional de Educação 2014-2024 e os Desafios para a Educação Especial na Perspectiva de uma Cultura Inclusiva**. Rio de Janeiro, v.26, n.101, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/WyngngmmxxCz57CJD4LMwfcB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 fev. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, Dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KgF8xDrQfyy5GwyLzGhJ67m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 mar. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, junho de 2008.

MIRANDA, Fabiana Darc. **Aspectos Históricos da Educação Inclusiva no Brasil**. Pesquisa E Prática Em Educação Inclusiva, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867>. Acesso em: 31. mar. 2023.

Silva Neto, A. de O., Ávila, Éverton G., Sales, T. R. R, Amorim, S. S. Nunes, A. K. F., & Santos, V. M. (2018). **Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/2>. Acesso em: 5. abr. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A Pesquisa Científica**. 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**, Jomtien, Tailândia, 1990.

